

Campo Bom, 19 de julho de 2021

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ 2021**

Excelentíssimo Senhor Alexandre Olavo Hoffmeister

Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Bom/RS

Os vereadores que subscrevem, requerem que após tramites regimentais, ouvido pelo plenário, seja procedido o envio dessa matéria sugestiva ao prefeito municipal, Sr. Luciano Libório Baptista Orsi, para a criação do **Programa de Terapias Naturais no Município de Campo Bom.**

A Organização Mundial de Saúde, já em 1983, emitiu um parecer sobre terapia floral, afirmando que o uso de tais essências está amplamente distribuído pelo mundo, sendo essas totalmente isentas de efeitos colaterais e excelentes para o autocuidado.

Em 2000, com o Decreto nº 3.500, cria-se a Comissão Nacional de Classificação (Concla), que examina, aprova e classifica as ocupações que mais tarde se tornam profissões. E, em 2001, juntamente com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), decidem colocar todas as áreas terapêuticas na subclasse 8.690-9, chamada de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Humana, pertencendo à classe de Atividades de Atenção à Saúde, sob o código 068.

Em 2006, a Portaria 971 aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no Sistema Único de Saúde. Essa Portaria refere-se a homeopatia, acupuntura, fitoterapia, cromoterapia, termalismo, dietoterápica e práticas corporais, entre outras, como técnicas terapêuticas “eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade”.

A profissão de Tecnólogo ou Técnico em Terapias Alternativas e Estéticas já está prevista no Ministério do Trabalho, por meio da CBO nº 3.221. Atualmente se encaminha, por exemplo, o PL nº 6.959/10, já com parecer favorável do relator, buscando regulamentar a profissão de Terapeuta Naturalista. Em muitos estados, como RJ, SP, Sergipe e Paraíba, assim como em muitos municípios, como Guarulhos, São Paulo, Ponte Alta e Rio do Sul, em SC, e Erechim, no RS, já estão

regulamentados por Lei os programas de Terapias Naturais, numa atividade conjunta com outros profissionais da área da saúde, o que vem, de maneira muito humana, desafogando os corredores de postos de saúde e hospitais e trazendo economia de grande soma para esses Estados e Municípios.

Desta forma, espero contar com a aprovação da matéria , contando desde já com o indispensável apoio dessa casa legislativa para a sua unânime aprovação.

Sala de Sessões Presidente Vargas, 19 de julho de 2019

Atenciosamente

*Victor Souza*

*Vereador PCdoB*

Professor Jeferson

Vereador PDT

## **MATÉRIA SUGESTIVA AO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS**

### **Institui o Programa de Terapias Naturais no Município de Campo Bom.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Terapias Naturais no Município de Campo Bom.

**Art. 2º** O Programa instituído nesta Lei tem como objetivo disponibilizar terapias naturais à população do Município de Campo Bom, por meio da rede pública municipalizada do Sistema Único de Saúde – SUS.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, todas as práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças que utilizem basicamente recursos naturais, como ervas, flores, água, argila, pedras ou alimentos, ou técnicas próprias da natureza que mobilizem a energia vital do ser humano são consideradas terapias naturais, como, por exemplo:

- I – Massoterapia;
- II – Fitoterapia;
- III – Cromoterapia;
- IV –Aroma terapia;
- V – Geoterapia;
- VI – Quiropraxia;
- VII – Terapia floral;
- VIII – Hidroterapia;
- IX – Iridologia;
- X – Reiki;
- XI – Acupuntura;
- XII –Terapias de respiração.
- XIII- Pilates

#### XIV – Meditação e outras terapias.

**Art. 4º** As terapias naturais serão indicadas e aplicadas por tecnólogos ou técnicos em terapias alternativas e estéticas, com habilitação fornecida por escolas e professores idôneos e legalizados.

**Art. 5º** O Programa instituído nesta Lei desenvolverá atividades como:

I – Coordenação, orientação, organização E estímulo de práticas de orientação à saúde, por meio de terapias naturais, visando ao uso de alimentação saudável, plantas medicinais ou práticas corporais, meditativas ou energéticas; e

II – Promoção de pesquisas e palestras e desenvolvimento de campanhas em benefício da melhoria da qualidade de vida no âmbito das práticas integrativas em saúde, utilizando-se de espaços públicos ou espaços institucionais.

**Art. 6º** Para a execução do Programa instituído nesta Lei, serão estabelecidos convênios e parcerias com os órgãos necessários.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões Presidente Vargas, 19 de julho de 2021

Atenciosamente

Victor Souza

Vereador PCdoB

Professor Jeferson

Vereador PDT